
Conhecimento e “senso comum” no pensamento de Heraldo Barbuy e de Gilberto de Mello Kujawski

*Knowledge and Common Sense in Heraldo Barbuy's and Gilberto de Mello
Kujawski's conceptions*

António Braz Teixeira



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/1063>

DOI: 10.4000/cultura.1063

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 Junho 2012

Paginação: 107-114

ISSN: 0870-4546

Refêrencia eletrónica

António Braz Teixeira, « Conhecimento e “senso comum” no pensamento de Heraldo Barbuy e de Gilberto de Mello Kujawski », *Cultura* [Online], Vol. 29 | 2012, posto online no dia 01 novembro 2013, consultado a 01 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/1063> ; DOI : 10.4000/cultura.1063

Este documento foi criado de forma automática no dia 1 Maio 2019.

© CHAM – Centro de Humanidades / Centre for the Humanities

Conhecimento e “senso comum” no pensamento de Heraldo Barbuy e de Gilberto de Mello Kujawski

Knowledge and Common Sense in Heraldo Barbuy's and Gilberto de Mello Kujawski's conceptions

Antônio Braz Teixeira

1.

- 1 No conjunto heterogeneamente convergente de pensadores que integram a “Escola de São Paulo” e cuja actividade especulativa e irradiação cultural marcou as primeiras décadas da segunda metade do século passado, é necessário distinguir, numa primeira geração, ao lado dos dois grandes mestres-fundadores, Miguel Reale (1910-2006) e Vicente Ferreira da Silva (1916-1963), o que tenho designado por “companheiros”, grupo de que fazem parte Agostinho da Silva (1906-1994), Eudoro de Sousa (1911-1987), Heraldo Barbuy (1913-1979) e Milton Vargas (1914), cujo diversificado e livre magistério marcou, de modo significativo, autores como Vilém Flusser (1920-1991), Luís Washington Vita (1921-1968), Renato Cirell Czerna (1922-2005), Adolpho Crippa (1929-2000) e Gilberto de Mello Kujawski (1929).
- 2 Destes, Barbuy e Kujawski, que do magistério do primeiro se reconhece devedor¹, singularizam-se pelo relevo que ambos conferem à noção de *senso comum* como base ou ponto de partida da sua reflexão sobre o conhecimento, ainda que não haja coincidência no modo como um e outro o entendem, consequência natural dos diversos mas não antagónicos rumos que seguiu a reflexão de cada um destes pensadores paulistas.
- 3 Com efeito, enquanto o pensamento de Heraldo Barbuy tem o seu ponto de partida na ontologia tomista, e em aberto diálogo com aspectos ou posições essenciais do pensar seu contemporâneo, a reflexão de Gilberto de Mello Kujawski inscreve-se, decididamente, no âmbito do raciovitalismo orteguiano, ao qual, no entanto, não deixa de conferir feição

própria, vindo a convergir, em aspectos relevantes, com o pensamento de Vicente Ferreira da Silva, cujo convívio, igualmente, o marcou².

2.

- 4 Para o autor de *Marxismo e Religião*, a Filosofia não seria uma ciência, mas uma sabedoria dos fundamentos ou da realidade última dos seres, sendo, por isso, seu objecto a essência e a existência dos diferentes seres, visando conhecer a realidade como totalidade radical. Daí que consistisse essencialmente em *intuição* e *vivência*, pois seria a um tempo, visão com os “olhos do espírito” ou captação directa, sem mediação dos sentidos ou da experiência, da realidade ou do valor ou do sentido do ser, e experiência interiorizada do objecto, ou um viver com a unidade íntima da coisa ou do ser, apreendendo-o na sua radicalidade, como de dentro para fora.
- 5 Deste modo, para o especulativo paulista, a Filosofia poderia entender-se num duplo sentido. De acordo com o primeiro, configurar-se-ia como ontologia ou ciência da essência e da existência de todos os seres, ao passo que, no segundo, viria a ser sabedoria da vida e visão do mundo³.
- 6 Daqui resultaria, então, que o saber filosófico, por um lado, procura o conhecimento dos seres ou das coisas tal como são em si e, por outro, visa esclarecer-nos sobre como devemos ser, o mesmo é dizer que terá uma dupla dimensão, simultaneamente ontológica e ética, concepção que não deixa de apresentar alguma afinidade com a acolhida por Miranda Barbosa alguns anos antes⁴.

3.

- 7 Este modo de entender a Filosofia fundamentava a posição crítica do pensador brasileiro relativamente ao positivismo e ao monismo epistemológico cientificista que lhe subjaz, relativamente aos quais começava por notar ser necessário ter em conta que o ser constitui uma realidade radical, que transcende e se distingue do conjunto dos seus aspectos superficiais ou das suas manifestações que são o objecto das diversas ciências. É por isso que o objecto da Filosofia não é captado por nenhuma ciência particular, já que estas consideram o objecto como existindo e não na sua essência e na sua existência, como faz a Filosofia. Esta a razão por que, contrariamente ao que o positivismo sustenta, o campo da Filosofia não se vai restringindo à medida que as diversas ciências progredem, visto que o progresso da ciência amplia, em vez de reduzir, o número de problemas científicos, pelo que, se o domínio das inquirições filosóficas coincidissem com o das ciências, se alargaria com o seu progresso. Acontece, porém, que não é este o domínio próprio da Filosofia, mas sim, como se notou já, o da realidade fundamental, transfísica ou metafísica.
- 8 Por outro lado, caberia ter em conta, segundo Barbuy, que a verdade profunda e radical não é susceptível de ser provada, como não logram sequer ser provados os pontos de partida das ciências da natureza, visto que estas explicam a realidade recorrendo a entidades como o número, a extensão, as propriedades, que são inexplicáveis, vindo, por isso, as demonstrações científicas a fundar-se em princípios indemonstráveis.
- 9 Aconteceria, ainda, que, para o autor de *O problema do Ser*, a ciência não era uma visão da realidade ou uma teoria nem, sequer, uma sabedoria da acção moral ou uma prática, mas

constituiria tão-só uma poética, uma técnica de fazer, um instrumento de acção, incapaz de dar resposta às grandes interrogações metafísico-ontológicas e axiológicas do ser humano.

- 10 Aditava ainda o filósofo brasileiro que a tentativa da ciência de explicar tudo através do discurso racional e do método matemático não podia deixar de ter na sua base a ignorância ou o esquecimento de que há verdades essenciais que unicamente através do mito, da poesia ou da música podem ser adequadamente expressas.
- 11 Também o racionalismo foi alvo de exigente crítica filosófica de Heraldo Barbuy, sustentando o especulativo paulista que o seu erro principal estava em considerar a realidade como um conjunto de relações, esquecendo que estas só existem devido à natureza das coisas. Daí que o racionalismo viesse a consistir no domínio total do abstracto sobre o concreto, do senso da relação sobre o senso da objectividade, culminando, por isso, na negação da própria realidade, a qual é constituída por essências e existências reais e não por relações abstractas⁵.

4.

- 12 Advertia Barbuy que os primeiros princípios são, necessariamente, indemonstráveis, visto que, se, porventura, fossem susceptíveis de demonstração, não seriam primeiros. Esta a razão pela qual a Filosofia vem a reflectir ou a pressupor uma visão fundamental ou uma intuição que é, a um tempo, de natureza religiosa, intelectual, volitiva e emotiva. Notava porém o pensador brasileiro que estes diferentes aspectos ou modos de intuição filosófica – que assumem diverso sentido e importâncias nos vários filósofos, já que nuns, como Eckart ou Böhme, prevalece a dimensão religiosa, noutros, como Platão, Aristóteles ou Descartes, domina a intelectual, enquanto em Fichte ou Nietzsche é, fundamentalmente, volitiva e em Bergson e William James é, assumidamente, emotiva – não põem em causa a intrínseca unidade do acto intuitivo, pois todos eles não são mais do que diferentes formas de apreender a essência, a existência, o valor e o sentido último dos seres, constituindo, por isso, um único e mesmo acto em que o homem pensa, quer e sente.
- 13 Com efeito, assim como é a *intuição intelectual* que nos dá os princípios racionais da evidência, é a *intuição volitiva* que nos fornece a consciência imediata do mundo exterior, e a *intuição emotiva* que, unida, num único todo, com as faculdades intelectivas e volitivas, dá origem à *intuição mística e religiosa*, à vivência íntima da comunhão com o sobrenatural.

5.

- 14 Para o filósofo paulista, estes três modos de intuição, através dos quais logramos captar os três aspectos essenciais da estrutura do ser objectivo e subjectivo, a essência, a existência e o valor, pressupõem, necessariamente, a afirmação do ser, a qual, por sua vez, não pode deixar de pressupor a afirmação da faculdade de captação do inteligível. Assim, estas três intuições ou modos de intuição, correspondentes ou relativos aos três grandes domínios da actividade do espírito – inteligência, vontade, afectividade –, vêm a corresponder, no plano da estrutura do ser objectivo, à intuição da essência, da existência e do valor, cumprindo, contudo, não esquecer que estas três regiões, a um tempo subjectivas e trans-subjectivas, constituem um todo unitário, que, subjectivamente, se acha subordinado à inteligência e, objectivamente, à inteligibilidade⁶.

- 15 Porque, como se notou já, para Heraldo Barbuy, o objecto da Filosofia é a realidade fundamental, não só a origem da reflexão filosófica vem a encontrar-se na meditação sobre o mistério e a essência da Natureza, como o seu horizonte não pode deixar de vir a confundir-se com o mesmo *mistério*.
- 16 Efectivamente, a realidade oculta-se ao mesmo tempo que se revela ou desvela, pelo que a demanda filosófica se encontra como que cercada e estrangida pelo *mistério*, a ponto de poder dizer-se que este é algo em que o homem está imerso e vive nele próprio e tudo o que entra na vida e no mundo entra, necessariamente, também no *mistério*. Deste modo, a Filosofia não poderá nunca limitar-se ou conter-se numa fria investigação racional da existência e da essência dos seres ou dos entes, mas envolve, inevitável e incoercivelmente em si, o *mistério* em que o homem se encontra radicado, traz sempre no seu bojo uma inescapável preocupação com o *mistério* do mundo e o destino do homem⁷.

6.

- 17 No entender de Heraldo Barbuy, o *senso comum* viria a ser, precisamente, a intuição originária e profunda da realidade concreta, razão particular, intuição concreta que constitui uma relação directa entre o sujeito e o mundo, configurando-se, assim, como uma faculdade interna que distingue, centraliza e coordena as impressões recebidas de fora, vindo a assumir importância decisiva no processo de conhecimento, dado estabelecer um nexos entre o conhecimento intelectual abstracto e o concreto da experiência vital. Dado ser a fonte ou a raiz das intuições originárias, concretas e profundas da realidade, o *senso comum*, será, então, a faculdade que confere unidade à experiência vital, ligando o homem tanto ao mundo dos objectos particulares como à universalidade dos conceitos. Porque é uma faculdade que, sendo embora distinta, é comum a todas as faculdades que ligam o homem ao mundo real, “dominando-as e unificando-as numa síntese”, o *senso comum* vem a coincidir com o que tanto se pode designar como “*sabedoria da vida, como visão da essência e de mistério da realidade, intuição íntima da realidade* ou faculdade que forja as experiências comuns”⁸.
- 18 Por outro lado, era esta natureza do *senso comum* que explicaria que, sob a forma de consciência sensível ou moral, ligada à inteligência, produzisse o sentimento da personalidade e o autoconhecimento, que radicava naquilo que Barbuy chamava a “substancialidade do indivíduo” e a sua identidade consigo mesmo e sem o qual não seriam possíveis a coesão interna nem a experiência interior vivida.
- 19 Com efeito, visto resultar da fusão da sensibilidade com a inteligência, o auto-sentimento ou sentimento de si não só é algo concomitante ao sentimento, por via do qual o próprio sentimento se configura como tal, como é ele que confere sentido às experiências íntimas de cada sujeito, vindo a traduzir aquela intuição inefável que tem cada indivíduo de ser uma entidade distinta de todos os outros.
- 20 Assim, quando o homem se coloca na perspectiva do *senso comum*, sente-se ou sabe-se dotado de uma existência que afirma o ser pelo existir, de uma existência contingente, que se encontra limitada ou condicionada por uma essência imperfeita, pelo que a sua evolução não pode deixar de se achar limitada pela possibilidade de evoluir, dado ser acto e potência em cuja base se encontra uma substância individual finita, pelo que a existência se vem a traduzir na afirmação do particular.

- 21 De igual modo, a sabedoria de vida que o *sensu comum* também é eclipsa-se ou entra em crise na medida em que as faculdades intelectuais do homem se afastam ou dissociam da consciência sensível, dando lugar a uma série de explicações ou de sistemas totalmente baseados no abstracto e que pretendem orientar a vida, cuja sabedoria não é nem pode ser outra senão a da experiência concreta e individual de cada ser humano. Efectivamente, a crise do *sensu comum* começa quando ocorre a separação ou a cisão entre os planos intelectual e sensitivo, quando se quebra a íntima unidade entre ambos e a vida anímica passa a ser dominada pelo *sensu relacional abstracto*, esquecendo ou desligando-se de todos os valores particulares e concretos. Eis porque, para Heraldo Barbuy, o racionalismo representaria a crise do *sensu comum* e a instauração de um mundo desprovido de sentido, já que este supõe a duração, pois só tem sentido o que dura, o que vive, o que se cumpre, o que se salva, o que se perde.
- 22 Ora, o tempo científico, porque é uma sucessão quantitativa, de cujo âmbito são excluídos todos os valores qualitativos, nega o tempo heterogéneo e, com ele, a vida e, porque, para ele, “todos os momentos são meras repetições do idêntico, a criação tem que ser explicada mecanicamente, a redenção, alegoricamente, a liberdade, subjectivamente”⁹
- 23 Deste modo, para Barbuy, a noção de *sensu comum* se, num primeiro momento, é condição de possibilidade de todo o conhecimento e todo o saber, vem, depois, a assumir uma fundamental significação e dimensão antropológica e a projectar-se na mais alta região metafísica, a do sentido religioso da vida do homem.

7.

- 24 O tratamento da noção de *sensu comum*, no pensamento de Gilberto de Mello Kujawski, do mesmo passo que surge também em contraposição ao racionalismo, de que Descartes é paradigma, é considerada a partir da distinção entre ela e a de *bom sensu*, de cartesiana raiz¹⁰.
- 25 Convergingo com Barbuy em pensar que a razão racionalista moderna, tendo começado por perder o sentido do mito e do maravilhoso, acabou por vir, igualmente, a perder o contacto com a realidade e com a presença concreta e viva das coisas e dos seres, colocando em seu lugar abstractas equações, e reduzindo a realidade e a estrutura do universo ao puro domínio do mensurável e do quantitativo¹¹, o autor de *Introdução à metafísica do perigo* afasta-se, decididamente, dele no modo como entende a noção de *sensu comum*, já que pensa que tal noção reveste o sentido corrente de “um modo de pensar irracional, anónimo e mecânico, que não se questiona, não tem origem certa e determinada e é executado maquinalmente”.
- 26 Apresenta-se, pois, como o modo de ser, pensar e agir da comunidade ou do comum das pessoas, coincidindo com a opinião pública, com o lugar-comum, cujo fundamento são as convenções sociais, os usos e as opiniões estratificadas na sociedade e cuja legitimidade é maciça, duradoura e inquebrantável, dado encontrar-se apoiada na força das crenças e dos usos sociais que, para a maioria das pessoas, são tidos como sendo a própria realidade. Constitui, por isso, algo indiscutível, que se aceita ou em que se acredita, não por ser evidente, mas por ser aquilo que “todos sabem”, por se impor a todos de modo inconscientemente compulsivo¹².

- 27 Já quanto ao *bom senso*, acolhe Gilberto de Mello Kujawski a noção que Descartes dele dá no *Discurso do método*, ou seja, na interpretação do ensaísta brasileiro, e em contraposição ao *senso comum*, como “modo de pensar essencialmente pessoal, responsável, próprio do indivíduo, espiritualmente separado do anonimato da massa ou do colégio dos doutores”, como algo que a pessoa ou o sujeito executa a partir de si mesmo, com o seu entendimento livre e independente de qualquer pressão externa e cuja legitimidade se baseia na *evidência*, no ser manifesto de algo que é como é e não de outro modo, algo que é pensado e visto com a luz da inteligência própria ou de cada um, o que significará, então, que é na consciência que se encontra a única e insubstituível fonte de todo o pensamento. Assim, o *bom senso* virá a coincidir com a *razão*, entendida como acção intelectual que põe o homem em contacto com a realidade.
- 28 De igual modo, para Kujawski, apoiado aqui na lição orteguiana, “pensar”, à luz da razão ou do bom senso, é estar na presença da coisa, para dela extrair o seu sentido ou o seu *logos*, o que quererá dizer, então, que só nos é possível pensar quando nos achamos, directamente, em presença da coisa e que, quando, em vez da sua presença, temos dela apenas a sua representação, pensá-la se nos torna impossível.
- 29 Adverte, contudo, o pensador paulista que aquilo que vemos quando vemos uma coisa não é uma coisa mas uma *presença* em acto, ou seja, para Kujawski, “algo que *acontece* no momento de um enredo”, e não uma substância existente em si e por si, o que significará que, cada vez que apreendemos uma coisa, não a apreendemos isolada na sua singularidade, mas integrada num determinado contexto, numa série de coisas que lhe são afins
- 30 Mas se, como pretende o ensaísta brasileiro, percebemos sempre as coisas, ou as presenças, numa determinada linha de coexistência ou sucessão, necessário será concluir que a nossa percepção da realidade é sempre *narrativa* e não *descritiva*, pois percebemos as coisas, sequencialmente, ao longo do tempo.
- 31 Percebemo-las deste modo porque “a própria realidade se constitui de forma narrativa”, pois constitui-se na mesma dimensão da realidade radical que é a vida mesma, a qual é algo que *acontece*, ao longo do tempo. Deste modo, para o autor de *O signo de Sagitário*, o real não é coisa mas algo que está acontecendo, não isoladamente, mas ligado em cadeia com outros acontecimentos, passados e futuros, constituindo com eles um *enredo*, um *entrecho*, uma *narrativa*.
- 32 Acontece, porém, que esta narração, porque é um instrumento de familiarização do homem com o mundo, se move no domínio das crenças, razão pela qual a noção vulgar ou corrente de realidade vem a enquadrar-se numa categoria própria do *senso comum*, aparecendo como aquilo em que todos acreditam, o que se repete sempre do mesmo modo.
- 33 Por outro lado, se, como acima se notou, para Kujawski, na senda de Ortega y Gasset, a razão é “toda a acção intelectual que nos põe em contacto com a realidade”, a sua função é tão-só a de apreender a realidade sob *qualquer forma*, incluindo o movimento, a alteração ou a fluidez temporal, e não na sua identidade e invariabilidade, na sua essência eterna e absoluta. Daí que, para ambos os pensadores, a razão seja, de raiz, *razão vital*, pois a razão original e primeira é o mesmo que viver, por não ser possível viver sem entender, sendo este tanto mais autêntico e pessoal quanto mais apropriadamente for de cada sujeito. Daí, também, que, da perspectiva do sujeito, a *evidência* se apresente como a forma que torna legítimo o entendimento, por ser nele e para ele que a evidência se manifesta.

- 34 Cumpre atentar, também, que, na vida, o homem, cada homem, não se acha sozinho, isolado, mas se encontra sempre no mundo, entre pessoas e coisas e em relação com umas e com outras, o que torna presente o *senso comum*, com o qual não é possível nunca romper totalmente, dado que, sem ele, seria impossível o convívio com os outros, pois ele se encontra presente na língua em que comunicamos, nas crenças, nos usos, nas opiniões que compartilhamos e que vêm a constituir a substância do mundo social, apresentando-se, por isso, como insuperável nexos que nos une à comunidade em que vivemos a nossa vida e que faz que, por mais pessoal e singularizado que seja o exercício da razão de qualquer pessoa, por mais discordantes que sejam as suas opiniões das vigentes na sociedade, não lhe é possível viver nela sem um mínimo “denominador comum de vigências mentais inexoráveis, recebida com a própria língua materna e sua carga de chavões quotidianos”.
- 35 Deste modo, para Gilberto de Mello Kujawski, o *bom senso*, ou a razão, não vem a ser a pura negação do *senso comum* mas a sua “depuração” ou personalização, a sua apropriação pela consciência individual, actuando como sujeito criador do próprio *senso comum* e ao fazê-lo, ao polemizar com o impessoal, o anónimo e o inautêntico que o constitui, vem a sustentar-se nele e a incluí-lo no seu próprio horizonte.
- 36 Assim, conclui o especulativo brasileiro, “o *bom senso* só encontra o seu destino concreto ao reabsorver o *senso comum*”, uma vez que “a volta às coisas exige a reconquista da realidade com sua espessura, seu peso, sua diversidade (tarefa do *senso comum*), de sorte a possuí-la como abstracto de possibilidades não só pragmáticas, como teóricas, estéticas, éticas e culturais (tarefa do *bom senso*)”¹³.
-

NOTAS

1. Cf. Prefácio a Heraldo Barbuy, *O problema do Ser e outros ensaios*, São Paulo, EDUSP, 1984.
2. Cf. *Discurso sobre a violência e outros temas*, São Paulo, Soma, 1985, pp. 149-153.
3. *O problema do Ser*, cit., pp. 79-81.
4. *Lógica. Ensaio esquemático de uma lógica pura como fundamentação mediata de uma teoria axiológica*, Coimbra, 1940.
5. *O problema do Ser*, cit., pp. 85 e 139-153.
6. *Idem*, pp. 31-32 e 83-85.
7. *Idem*, pp. 85-87.
8. *Idem*, pp. 133-135.
9. *Idem*, pp. 61, 138, 146, 153-159 e 163-165.
10. Cf. *Descartes existencial*, Herder, São Paulo, 1969 e *O elmo de Mambrino*, Lisboa, INCM, 1999.
11. *O elmo de Mambrino*, pp. 10 e 43.
12. *Idem*, pp. 11-26 e 47.
13. *Idem*, pp. 28-32, 43-46 e 104-105.

RESUMOS

Estuda-se, no presente artigo, a concepção gnosiológica de duas destacadas figuras da chamada Escola de S. Paulo, Heraldo Barbuy e Gilgerto de Mello Kujawski, unidas pelo decisivo papel que, em ambas, desempenha a noção de senso comum, entendida, no entanto de modo não coincidente pelos dois pensadores brasileiros; pois, enquanto, para o primeiro, aquele era concebido como intuição originária e profunda da realidade concreta, como faculdade interna que distingue, centraliza e coordena as impressões recebidas de fora, estabelecendo um nexo entre o conhecimento intelectual abstracto e o concreto da experiência vital, para o segundo apresenta-se como modo de pensar irracional, anónimo e mecânico, que não se questiona, não tem origem certa e determinada e é executado maquinalmente.

This paper aims to present the Gnosiology of two of the most important names from the so-called S. Paulo School, Heraldo Barbuy and Gilgerto de Mello Kujawski, both agreeing on the significance of the idea of common sense, even if dissenting on the meaning that correspond to it, as, for the first, it appears related to the profound and original intuition of concrete reality, as the internal faculty that distinguishes, centralizes and coordinates the impressions received externally, insofar establishing a bound between the intellectual abstract knowledge and the concrete dimension of the vital experience, and, for the second, it is understood as an irrational way of thinking, anonymous and mechanic, beyond questioning, without an origin that can be asserted and executed in a mechanical way.

ÍNDICE

Keywords: common sense, good sense, intuition, vital reason

Palavras-chave: senso comum, bom senso, intuição, razão vital

AUTOR

ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA

Centro de História da Cultura – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

António Braz Teixeira (Lisboa, 1936), actualmente Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Lusófona, exerceu funções docentes nas Universidades de Lisboa, Católica e de Évora. Membro da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras. É autor de duas dezenas de livros sobre direito, filosofia jurídica e hermenêutica do pensamento português, brasileiro e galego.

Foi Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e da Cultura, director do Teatro Nacional de D. Maria II, vice-presidente da RTP e Presidente da Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique.

António Braz Teixeira (Lisbon, 1936), actually Full Professor of the Faculty of Law of the Universidade Lusófona, has taught in the Universities of Lisbon, Évora and Catholic. Member of the Lisbon Academy of Sciences and of the Brazilian Academy of Letters. He's the author of twenty books on Law, Philosophy of Law and the Hermeneutics of Portuguese, Brazilian and Galician thought.

He has been Secretary of the Presidency of the Ministerial Council (Government?) and of Culture, director of the National Theatre, Vice-director of the RTP and President of Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Decorated with the Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique.